

Caixa complica Fiúza

■ Deputado usou cargo para obter US\$ 4 milhões

O nome do ex-líder do governo na Câmara e ex-ministro da Ação Social, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), já tem lugar reservado no relatório final da CPI do Orçamento. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem relatório da superintendência da Caixa Econômica Federal (CEF) em Alagoas que acusa Fiúza de ter usado sua posição para, em nove operações de rolagem, aumentar em 793% o valor do empréstimo concedido em 1991 à Companhia Agroindústria Jaçanã, de sua propriedade, e não ter pago US\$ 4 milhões obtidos de mão beijada. Mesmo que o deputado pernambucano tivesse obtido o crédito inicialmente pedido, a operação já seria irregular, porque contemplou uma empresa cuja ficha cadastral não seria aceita em nenhum banco e incluía o pagamento de duas dívidas com cheque sem fundos. Parte do dinheiro dado à Jaçanã foi retirada do PIS.

“Isso é grave”, disse o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) após receber o relatório de Suplicy. Fiúza obteve os empréstimos quando era líder do PFL na Câmara e fez a rolagem durante sua gestão como ministro da Ação Social, no governo Collor. “O re-

latório deixa a Caixa Econômica em situação complicada, e o ex-ministro Fiúza mais ainda” acrescentou Magalhães.

O deputado conseguiu aumentar em 793% o valor do empréstimo inicial de 24.517 UPFs para 716.738,68 UPFs. Segundo Suplicy, a sindicância aponta que no dia 13/2/91 a CEF aceitou o cheque sem fundos que Fiúza emitiu em nome para liquidar as dívidas da empresa. A ficha cadastral da Jaçanã era recheada de protestos e devolução de cheques. Mesmo assim, a CEF autorizou nove operações de crédito a Fiúza, entre elas, uma do tipo *hot money*, de valor elevadíssimo e alto risco. O empréstimo foi tomado em nome da mulher do deputado, Ilze, e de seu filho, Ricardo.

Pelo telefone — A Jaçanã demonstrou durante sete vezes não ter condições financeiras para saldar as dívidas, e mesmo assim conseguiu a rolagem dos débitos, acrescida de recursos adicionais. A ordem para dar mais dinheiro a Fiúza foi dada por telefone pelo então presidente da CEF, Lafaiete Coutinho, de comum acordo com o diretor de Operações, Álvaro Mendonça.

Arnildo Schulz — 3/11/93



Fiúza: dinheiro do PIS

A operação ultrapassava em 245 vezes o limite deste tipo de crédito. Os empréstimos não foram pagos, mas acabaram contabilizados como crédito em atraso, o que deveria ter gerado liquidação judicial da dívida.